

O encanto radical de Marcel Mauss

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.153135>

Monique Augras

🏠 Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro | Rio de Janeiro, RJ, Brasil

✉ monique.augras@oi.com.br

GIOBELLINA BRUMANA, Fernando. 2017. *Le Don de l'essai – À Propos de L'Essai sur le don de Marcel Mauss*. Paris, Les Carnets de Bérose, LAHIC, 51 pp.

Em 1983, nos tempos do saudoso Caio Graco, a Brasileira publicava *Antropologia dos sentidos – Introdução às idéias de Marcel Mauss*, “primeiro vôo” no Brasil de Fernando Giobellina Brumana. É um texto pequeno, enxuto, de inegável valor pedagógico.

Em seu “Prólogo”, Fernando assumia a dimensão de *encanto radical* que lhe despertara a obra de um autor tão rico e tão complexo. Ao longo dos anos, o encanto não esmaeceu. Estendeu-se ao grupo singular formado por alunos de Mauss, pertencentes à sociedade francesa do *entre-deux-guerres*, ou seja, dos anos 20 aos 30 do século XX. Época de desagregação dos valores – monetários e outros –, de violentos embates políticos, de transgressões no campo da criação estética, com Dadaísmo e Surrealismo; e, na área que nos toca mais de perto, o abalo das certezas do colonialismo, pai da antropologia.

Daí por diante, os trabalhos de Fernando Giobellina desenvolvem duas vertentes. De um lado, a pesquisa no campo das religiões afro-brasileiras, com a produção de textos instigantes sobre umbanda-quimbanda (*Marginália Sagrada*, 1991), candomblé (*La forma de los Dioses*, 1994), e os avatares dos trabalhos eruditos (*La jurema y otras yerbas*, 2013). Do outro, a pesquisa no campo da história das ideias etnológicas, que acompanha o percurso deste grupo perdido nas ambigüidades de um terreno fugidio, tal como o fantasma de uma África inatingível (*Soñando con los Dogons*, 2005), ou desafiando os próprios demônios (*El lado oscuro*, 2014).

É na perspectiva da história das ideias que se situa o *Don de l'essai*, em que analisa o contexto no qual Marcel Mauss elaborou suas obras. A sua trajetória é obviamente tributária do surgimento da sociologia durkheimiana, sistema cuja “escandalosa” novidade é sublinhada por Giobellina: Durkheim pensava que “a

interpretação e a explicação dos fenômenos sociais só podem se achar dentro da sociedade; para produzir tal explicação, os fatos sociais devem ser considerados como sendo coisas, que obedecem a leis” (Giobellina: 10). Por conseguinte, “cada traço de uma sociedade só poderá ser compreendido em sua inter-relação com o todo do qual faz parte, pela função que nele exerce” (id. *ibid.*).

A partir dessa premissa, é possível estudar e compreender qualquer sociedade que seja. A nossa, e as demais. Daí o entrelaçamento dos temas etnológicos e sociológicos nas páginas da revista *L'Année Sociologique*, numa coabitação fecunda aos olhos de Giobellina: “só houve sociologia verdadeira na medida que nossa própria sociedade foi vista como *outra* – ou seja, à distância, com objetividade; só pôde haver etnologia na medida que as sociedades outras foram vistas como a nossa – ou seja, dotadas de lógica, de sentido” (*ibid.*: 12). O conceito de “representações coletivas” fornecia a ferramenta para pensar a articulação dessas lógicas, desses sentidos.

A originalidade do propósito, a ruptura com as diversas tendências esboçadas ao longo do século XIX a partir da intuição de Auguste Comte, haveriam de causar estranhamento e repulsa no meio do *establishment* acadêmico. Ao mesmo tempo, despertavam o entusiasmo de jovens pesquisadores. Iniciou-se uma luta para conquista ou defesa dos respectivos territórios. Rivalidades se acirraram. Foram os Durkheimianos, no entanto, que melhor conseguiram consolidar suas posições.

O contexto político lhes era favorável. A Terceira República francesa [1870-1940] propugnava pela reforma das antigas instituições. De tal modo que, em 1887, Durkheim foi contemplado com a criação de um cargo de professor, em uma universidade do Sudoeste da França, Bordeaux, bem longe da Sorbonne. Foi finalmente transferido para Paris em 1902. Sua cadeira recebeu o nome de “Ciências Sociais”: primeira vez que essa denominação é usada! Doravante, os sociólogos dispunham de uma disciplina reconhecida pela universidade. Mas nada é perfeito: a cadeira ficava adstrita às faculdades de letras. Não custa lembrar que, em 1957, após defender a tese monumental intitulada “*Les Religions Africaines au Brésil – Vers une sociologie des interpénétrations de civilisations*”, junto com a ‘pequena tese’ “*Le Candomblé de Bahia (rite nagô)*”, Roger Bastide fez jus à obtenção do honroso título de *Docteur ès Lettres*. O mundo universitário repugna à precipitação.

À legitimação, pelas instâncias oficiais, da realidade das “Ciências Sociais”, respondeu o acréscimo da produção de artigos e resenhas da “voz” dos Durkheimianos, *La Revue Sociologique*. Marcel Mauss, sobrinho e discípulo do fundador, ocupou um lugar de destaque nessa propagação das novas ideias.

Logo mais, no entanto, a “*Grande Guerre*” [1914-1918] iria quebrar esse dinamismo. O massacre dos combatentes nas trincheiras, que liquidou metade de uma geração, não poupou boa parte da jovem equipe de Durkheim. Ele próprio faleceu, em 1917, arrasado pela morte do filho na frente de batalha.

Herdeiro incontornável do espólio intelectual do tio, Mauss assume o encargo

de manter de pé a escola sociológica francesa. Substituir o líder em todas as tarefas incluía a gestão de um patrimônio que, diz Giobellina, lhe exigiu grande gasto de energia e de tempo. A realização de suas próprias pesquisas haveria de sofrer com isso, e a publicação da revista, retomada uns seis anos depois do fim da guerra, foi disso a primeira vítima. O mínimo que se pode dizer, no entanto, é que Mauss enfrentou a nova situação com galhardia.

Optando francamente pelo desenvolvimento institucional da etnologia, multiplicou as atividades nesse sentido e, na década que se seguiu ao fim da guerra, fundou o Institut d'Ethnologie, além de ministrar novos cursos na École Pratique des Hautes Études. Em 1930, tornou-se professor do Collège de France, para finalmente, ter atuação decisiva na fundação do Musée de l'Homme, inaugurado em 1938.

Foi em meados dos anos 20 que Mauss conseguiu redigir o "*Essai sur le don*". Ao que parece, a repercussão não foi grande coisa. Muitos colegas o acharam mal escrito, pesado, confuso. Talvez fosse. Contudo é fácil imaginar o autor, com suas fichas de leitura em cima da mesa, num acúmulo de notas e sínteses de textos sobre os Tlingit, Kwakiutl, Omaha ou Haida, todos anteriores ao ano de 1921, e tendo, de repente, que reorganizar o plano do seu trabalho, a partir da publicação dos *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922). A reformulação foi tamanha, que o *Essai* começa com rituais da Polinésia, segue na Melanésia – onde insere devidamente os costumes trobriandeses – para, finalmente, voltar ao Noroeste Americano, origem dos mais chamativos exemplos de potlatch.

Decerto, a escassez de informações nunca foi o ponto fraco de Mauss. Desde os tempos da redação de *L'Année Sociologique*, ele sempre se mantivera atento às mais recentes e exóticas publicações que lhe chegassem às mãos. Entre tantas resenhas que produziu, chama a nossa atenção um pequeno texto intitulado "Nina Rodrigues – L'Animisme Fétichiste des nègres de Bahia" (1900). Mauss louva "*cette élégante monographie*", publicada em francês, em Salvador, naquele mesmo ano de 1900, e sugere ao autor a leitura do livro de Alfred B. Ellis sobre os Iorubas. Nina seguiu o conselho de Mauss, como se vê em *Os Africanos no Brasil*, onde reproduz vários contos recolhidos pelo coronel na Costa dos Escravos. Pequena contribuição de Marcel Mauss para a implantação do padrão nagô de qualidade nos primeiros estudos sobre candomblé...

Quando redigiu o *Essai*, havia mais de 10 anos que Mauss se dedicava a estudos e cursos sobre o tema das "prestações de tipo agonístico", do grego *agôn*, "jogo; combate". Entre os povos indígenas do Noroeste americano, o potlatch se revestia de extrema violência. "O consumo e a destruição não têm limites (...) não se deve preservar coisa alguma" (Mauss, 1978: 152). Esse ritual, tão contrário ao valor ocidental de acumulação de riqueza, levava o Canadá do século XIX a promulgar uma lei proibindo a realização de potlatch, que, conforme Giobellina, se manteve vigente até 1950.

Deve-se creditar à incomum capacidade heurística de Mauss a conexão que estabelece entre potlatch ameríndio e Kula melanésio. Ainda que este último não chegue à violência exacerbada do primeiro, julga tratar-se do mesmo fenômeno, com o mesmo significado. Mauss afirma que “o Kula é uma espécie de grande potlatch”, e aproveita o ensejo para louvar a perspicácia de Malinowski: “seria difícil encontrar uma prática mais completa de dádiva/troca (...) e que fosse melhor compreendida por um observador” (Mauss, 1978: 185). Kula e potlatch são a própria ilustração do “fato social total”, cuja dimensão simbólica abrange uma infinidade de significações.

Ora, como bem assinala Giobellina, “não há fato social que não seja total. Cada aspecto da realidade social é múltiplo, de tal modo que desautoriza toda redução interpretativa” (: 20). E, para compreendê-lo, é preciso atentar para situações concretas, vividas, que somente o exercício da etnografia permite acompanhar. Esse fascínio pelo concreto pode ser verificado ao longo de toda a obra de Mauss. As notas recolhidas pelos seus alunos resultaram no portentoso *Manuel d'ethnographie*, publicado em 1950. Nesse aspecto, a preferência é clara: o nosso autor jamais demonstrou qualquer apreço pelos discursos teóricos. “Verdades pontuais” constituem o seu ponto de partido, e a eventualidade de enquadrar os seus achados dentro de determinados sistemas científicos parece causar-lhe, no mínimo, forte desconfiança.

Essa postura é patente em todas as páginas do *Essai*, e os diversos exegetas tiveram dificuldades em superar o “laconismo” epistêmico do seu autor. O próprio Giobellina, embora permaneça “encantado” e enalteça a “meticulosa riqueza etnográfica maussiana”, não deixa de cobrar maiores explicitações: “não fala na idéia de fato social total, parte dela” (Giobellina: 20). No início de sua monografia, esclareceu a intenção de busca elementos que orientem – ou, pelo contrário, desencaminhem – a prática etnológica de hoje. Mas, ele próprio nem consegue escapar de certa ambigüidade. Coloca isso em termos de desafio: “escolher entre a opção *moderna* de pensar com objetos, com modelos, e a tentativa cética, *pós-moderna*, de dissolvê-los nas singularidades contextuais de uma etnografia específica” (ibid.:37). E encontra uma saída honrosa ao focar o valor inerente das coisas, desde que inseridas nas relações sociais, que lhes conferem poder. É aquilo que Mauss chama de “força das coisas”.

Os rituais de dom/contra-dom põem em evidência uma constância, a presença de uma “virtude que obriga os dons a circularem, a serem dados, e devolvidos” (Mauss, 1978: 214). Essa “força das coisas” se encontra em tudo quanto é moeda de troca, e em muito ultrapassa o nível utilitário, ao qual se reduziria a atuação do *Homo Economicus*. “Até a própria moeda, diz Giobellina, encerra a noção do poder da sociedade, estabelecido, antes de tudo, no campo das idéias e das práticas místicas” (Giobellina: 24).

A conclusão do *Essai* não está isenta de melancolia. Mauss verificou que a trípli-

ce obrigação – dar, receber, devolver – observada em culturas exóticas contemporâneas, fora também vigente nas antigas sociedades indo-européias. “Não existem duas sabedorias” (Mauss, 1978: 265). E muito apreciaria que nossas sociedades atuais fossem capazes de se entregar ao mesmo “sistema de prestações totais”. Não fosse ele socialista militante, acalenta o sonho que ensaios como o dele possam contribuir para “esclarecer o caminho que devem seguir nossas nações, tanto na moral como na economia” (ibid.: 264).

Observa Giobellina que tais prestações não seriam determinadas por “um interesse comum colocado acima dos interesses particulares, mas que seria o espaço social que garantiria a autonomia daqueles interesses” (Giobellina: 41). E, comentando uma bela frase de Sahlins (citado id. ibid.), “o análogo primitivo do contrato social não é o Estado, mas sim, a Dádiva”, vê nesta uma desejável barreira erguida contra a submissão ao terror do Estado.

Voltando ao potlatch, Giobellina explicita o argumento de Mauss: a necessidade de doar, receber, e devolver exige a participação de todos, e até mesmo da *vida* de cada um dos participantes. Deste modo, forjam-se vínculos e desafios dos quais todos são mutuamente garantes. A violência do jogo e dos seus riscos subtende uma dimensão afetiva constitutiva do próprio cimento social.

Bem tinha razão, o velho Mauss, quando, às cinzentas teorias, preferia a árvore verde e dourada da vida...

Monique Augras nasceu na França, onde se formou em psicologia, com Doctorat d'Université na Sorbonne, e está radicada no Brasil desde 1961. Seus primeiros trabalhos, *A dimensão simbólica* (1967), *O ser da compreensão* (1978), foram de psicologia clínica. A partir dos anos 1980, enveredou para pesquisas sobre o imaginário social brasileiro: *O duplo e a metamorfose* (1983), *O Brasil do samba-enredo* (1998), *Imaginário da magia: magia do imaginário* (2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAUSS, Marcel

1978 “Essai sur le Don – Forme et raison de l'échange dans les sociétés Archaïques (1923-1924)”. In *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, pp. 141-279.

1900 “Nina Rodrigues – L'Animisme fétichiste des nègres de Bahia”. *L'Année Sociologique*, v. 5: 224-225.